



3055 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

Fundamentos pedagógicos da base nacional comum curricular-BNCC do ensino fundamental brasileiro
Rozineide Gomes de Souza Maia - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA
Alessandra Peternella - Universidade Estadual de Roraima

Este artigo tem por objetivo analisar os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular(BNCC) dos anos iniciais do ensino fundamental brasileiro. Para atingir esse objetivo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo como base teóricos e autores brasileiros que discutem sobre as tendências pedagógicas e autores que discutem sobre a BNCC. Tanto Libâneo (1994), como Lukesi (1994) classificam as tendências pedagógicas em dois grupos principais: liberais e progressistas. As liberais são aquelas com características mais conservadoras que se propõe a formar o sujeito para desempenhar determinado papel na sociedade, enquanto as progressistas são aquelas que concebem a educação como meio de contribuir para a formação de um sujeito crítico, consciente, com autonomia intelectual para lutar pela transformação social. A partir das análises realizadas identificou-se que a BNCC apresenta em seu texto elementos de uma pedagogia conservadora, pois enfatiza o "saber fazer", ou seja, na aplicabilidade dos conteúdos. Evidencia-se, também, elementos do tecnicismo quando se observa que o documento traz de forma detalhada tudo o que os alunos deverão aprender em cada etapa, o que o caracteriza mais como um manual do que como um parâmetro curricular.

FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR-BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular(BNCC) dos anos iniciais do ensino fundamental brasileiro. Para atingir esse objetivo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo como base teóricos e autores brasileiros que discutem sobre as tendências pedagógicas e autores que discutem sobre a BNCC. Tanto Libâneo (1994), como Lukesi (1994) classificam as tendências pedagógicas em dois grupos principais: liberais e progressistas. As liberais são aquelas com características mais conservadoras que se propõe a formar o sujeito para desempenhar determinado papel na sociedade, enquanto as progressistas são aquelas que concebem a educação como meio de contribuir para a formação de um sujeito crítico, consciente, com autonomia intelectual para lutar pela transformação social. A partir das análises realizadas identificou-se que a BNCC apresenta em seu texto elementos de uma pedagogia conservadora, pois enfatiza o "saber fazer", ou seja, na aplicabilidade dos conteúdos. Desta forma, remete aos princípios da Pedagogia Nova. Evidencia-se, também, elementos do tecnicismo quando se observa que o documento traz de forma detalhada tudo o que os alunos deverão aprender em cada etapa, o que o caracteriza mais como um manual do que como um parâmetro curricular. Sendo assim, considera-se imprescindível que os educadores tenham a clareza dos princípios e fundamentos pedagógicos que estão sendo propostos para guiar os sistemas de ensino na elaboração de seus currículos.

Palavras-chave: Base nacional comum curricular. Tendências pedagógicas. Pedagogia Nova. Tecnicismo.

Introdução

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, passaram a ser propostas orientações para um currículo com base nacional comum para a educação básica brasileira. Os documentos que tiveram essa finalidade foram os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais(PCNs).

Entretanto, tanto o RCEI e quanto os PCNs acabaram sendo utilizados pelas escolas como prescrições de conteúdos e estratégias de ensino. Outro aspecto relevante sobre os RCEI e os PCNs é que eles não tinham a exigência de serem utilizados pelos sistemas estaduais de ensino como menciona Menezes (2001), diferente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é obrigatória na construção dos currículos.

Mais de vinte anos se passaram, desde a aprovação da LDB nº 9.394/96, até que fosse concretizada uma Base Nacional Comum para conduzir a elaboração dos currículos em todos os estados do Brasil. No dia vinte de dezembro de 2017, o presidente da República Michel Temer, juntamente com o ministro da educação, Mendonça Filho, assinou a homologação da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Ficou estabelecido depois disso, pelo Ministério da Educação (MEC), que todos os sistemas estaduais de ensino, terão até o ano de 2019 para a elaboração de seus currículos tomando como referência a BNCC.

Tomando como pressuposto que toda prática educativa é também prática política, conforme afirma Freire (1997), não se deve restringi-la a meros procedimentos didáticos, antes ela deve contribuir para a tomada de consciência de que toda pessoa é um ser político. Por isso, a leitura crítica desse importante documento que irá orientar a elaboração dos currículos escolares dos estados brasileiros se torna imprescindível. Por conseguinte, cabe perguntar: Que ideias pedagógicas fundamentam a BNCC? É possível identificar na BNCC características pertencentes a uma pedagogia liberal ou progressista? Qual o papel do professor, do aluno e dos conteúdos escolares na BNCC?

Com este estudo foi possível identificar que apesar da BNCC se propor a ser um parâmetro inovador, em relação aos que o antecederam, para a construção de currículos escolares democráticos que valorizem a pluralidade cultural brasileira e suas diversas expressões, é possível identificar no

documento elementos de uma pedagogia tecnicista. O tecnicismo que já foi adotado na década de 1970 pelo sistema de ensino brasileiro, tem como característica principal a racionalização do processo de ensino e aprendizagem priorizando o uso de técnicas que levem a eficácia educativa, por isso, valoriza documentos prescritivos e detalhados em minúcias.

Portanto, em vez de um avanço inovador, configura-se em mais uma reforma da educação para atender as necessidades da sociedade no momento atual, em que antigas premissas reaparecem com novas roupagens, mas reproduzindo velhas ideias. Assim, em vez de um avanço na organização curricular da educação básica, verifica-se princípios de uma pedagogia liberal que busca atrelar o sistema educativo a política econômica do país. Não seria a primeira vez que isso ocorre no sistema de ensino brasileiro, como explica Saviani (2005) aconteceu algo semelhante após o golpe militar de 1964, quando reformas educacionais foram feitas com a finalidade de se ajustar o sistema educacional com o sistema produtivo e dessa forma aumentar a economia do país.

No Brasil, nestes últimos anos, pode-se observar que vem ocorrendo reformas no sistema de ensino, segundo o discurso do governo, com a finalidade de democratizar e contribuir com a qualidade da educação. Como exemplo, podemos citar a Reforma do Ensino Fundamental, que o ampliou de oito para nove anos e a Reforma do Ensino Médio, que prioriza o ensino integral e o profissionalizante como se pode conferir nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (BRASIL, 2013). Vale observar que apenas aumentar o tempo do aluno na escola não garante sua aprendizagem.

1. Tendências pedagógicas no Brasil

São várias as tendências pedagógicas, assim como são distintas as formas de abordá-las e organizá-las, a depender do enfoque: filosófico, sociológico ou psicológico. Contudo, de acordo com Libâneo (1994) elas podem ser agrupadas em dois grandes grupos: as Pedagogias Liberais e as Pedagogias Progressistas.

As liberais incluem: pedagogia tradicional, pedagogia renovada e o tecnicismo educacional. Pertencem as progressistas: pedagogia libertadora e a pedagogia crítico-social dos conteúdos. Ele chama atenção para o fato de existirem outras correntes pedagógicas, além destas, entretanto, fez opção de nomear apenas estas, por serem as mais populares.

Lukes (1994) assim como Libâneo também divide as tendências pedagógicas em dois grupos: Liberal e Progressista. Fazem parte da Pedagogia Liberal: a Tradicional, a Renovada Progressivista, a Renovada Não-diretiva e a Tecnicista. As que fazem parte da Pedagogia Progressista são: a Libertadora, a Libertária e a Crítico-social dos Conteúdos. Ele destaca que toda forma de classificação das tendências pedagógicas possui limitações, pois não se manifestam de forma exclusiva e muitas vezes são complementares, contudo, a classificação pode servir como instrumento de análise da prática pedagógica.

Temos ainda Saviani (2005) que também na mesma linha de classificação dos autores acima citados, separa as tendências pedagógicas em dois grupos: as que priorizam a teoria e as que enfatizam a prática. Para ele, faz parte do primeiro grupo a pedagogia tradicional (leiga ou religiosa), enquanto que, no segundo grupo se enquadra a pedagogia nova. A pedagogia tradicional valoriza as teorias de ensino porque seu foco está em "como ensinar", já a pedagogia nova dá valor as teorias de aprendizagem, porque sua preocupação está em saber "como aprender".

Para Saviani (2005) é importante mencionar quando se fala de tendências pedagógicas no Brasil, aquelas que foram menos influentes como é o caso das libertárias de ideias socialistas e anarquistas, elas foram relevantes para o movimento operário no início do século XX. O autor destaca, também, que ao se fazer o resgate histórico das tendências pedagógicas é importante mencionar a coexistência daquelas que não se tornaram hegemônicas, mas fizeram parte do processo histórico educacional e trouxeram suas contribuições ao reivindicarem uma escola laica, pública e gratuita.

Os três autores acima citados concordam que as principais características da pedagogia tradicional são: ensino centrado no professor, valorização dos conteúdos sistematizados e assimilação passiva do aluno. Mesmo quando a pedagogia nova propõe uma inovação que é o aluno como centro do processo educativo ao invés do professor, contudo, ela não é considerada como progressista por não fazer a crítica a sociedade capitalista e ter como finalidade primordial a instrução do aluno para ser ativo socialmente.

A pedagogia progressista, tem como característica principal a emancipação intelectual do educando, para que ele se engaje na luta por uma nova sociedade, democrática e com justiça social, conforme explica Lukesi:

O termo 'progressista', emprestado de Snyders, é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista não tem como se institucionalizar numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais (LUKESI, 1994, p. 63)

Não podemos deixar de mencionar que dentro da pedagogia progressista, existem correntes que são mais radicais e rejeitam qualquer forma de sistematização da educação determinada pela sociedade vigente, como é o caso da pedagogia libertadora de Paulo Freire:

Em nenhum momento o inspirador e mentor da pedagogia libertadora, Paulo Freire, deixa de mencionar o caráter essencialmente político de sua pedagogia, o que, segundo suas próprias palavras, impede que ela seja posta em prática em termos sistemáticos, nas instituições oficiais, antes da transformação da sociedade. Daí porque sua atuação se dê mais a nível da educação extra-escolar. O que não tem impedido, por outro lado, que seus pressupostos sejam adotados e aplicados por numerosos professores. (LUKESI, 1994, p. 65)

No Brasil desde o século XIX, observa-se o predomínio das tendências liberais na educação, conforme observa Saviani (2005), principalmente, da tradicional religiosa e leiga, que embasou o ensino brasileiro desde o período do Brasil colônia até a república. Devido ao longo tempo de predomínio da pedagogia tradicional, ainda hoje, pode-se perceber características dessa pedagogia no sistema de ensino brasileiro, como por exemplo, o excesso de aulas expositivas e conteúdos descontextualizados.

De acordo com Ribeiro (2007), quando o Brasil deixa de ser agrário e passa a se industrializar, tem início por parte da classe média emergente e movimentos sociais, um apelo por mais educação, além disso, reivindicavam uma educação que fosse moderna, já que o país estava se modernizando. É nesse contexto histórico-social que chegam ao Brasil as ideias da pedagogia nova para se contrapor a pedagogia tradicional, ela propõe uma escola laica, pública e gratuita, na qual o aluno é o centro do processo educativo e agente ativo de sua aprendizagem.

A Pedagogia Nova está localizada no grupo das tendências pedagógicas que valorizam a aprendizagem, portanto, as teorias da aprendizagem oriundas da psicologia têm importância central nessa concepção de educação. O aluno é o protagonista e acredita-se que quando mais ativo ele for no processo educativo, mais e melhor ele irá aprender. O professor torna-se coadjuvante, cabendo a ele apenas auxiliar o aluno, fornecendo meios e recursos que favoreçam sua aprendizagem.

Com relação a tendência pedagógica tecnicista que foi bastante difundida na década de 1970 no sistema de ensino brasileiro, Libâneo (1994) nos

ressalta que:

Quanto ao tecnicismo educacional, embora seja considerada como uma tendência pedagógica, inclui-se em certo sentido, na Pedagogia Renovada. Desenvolveu-se no Brasil na década de 50, à sombra do progressivismo, ganhando nos anos 60 autonomia quando constituiu-se especificamente como tendência, inspirada na teoria behaviorista da aprendizagem e na abordagem sistêmica do ensino. Esta orientação acabou sendo imposta às escolas pelos organismos oficiais ao longo de boa parte das duas últimas décadas, por ser compatível com a orientação econômica, política e ideológica do regime militar então vigente (LIBÁNEO, 1994, p. 67).

Saviani (2005) ainda aponta uma terceira concepção da educação, que tem como proposta romper com a hegemonia das duas acima citadas, é a concepção pedagógica histórico-crítica que privilegia a prática social como ponto de partida e de chegada do processo educacional. Ela não valoriza apenas um dos elementos do processo educativo, mas considera que todos: professor, aluno e conteúdo, são importantes, no entanto, possuem funções distintas e articuladas, como veremos a seguir em Lukesi (1994):

Por fim, situar o ensino centrado no professor e o ensino centrado no aluno em extremos opostos é quase negar a relação pedagógica porque não há aluno, ou grupo de alunos, aprendendo sozinho, nem um professor ensinando para as paredes. Há um confronto do aluno entre sua cultura e a herança cultural da humanidade, entre seu modo de viver e os modelos sociais desejáveis para um projeto novo de sociedade. E há um professor que intervém, não para se opor aos desejos e necessidades ou à liberdade e autonomia do aluno, mas para ajudá-lo no seu esforço de distinguir a verdade do erro, para ajudá-lo a compreender as realidades sociais e sua própria existência (LUKESI, 1994, p. 74).

Outro aspecto importante a ser destacado em relação a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos, considerada pertencente ao grupo da pedagogia progressista, é que ela não desvaloriza a escola e os conteúdos de ensino, como acontece em outras vertentes progressistas mais radicais. A escola é vista por ela, como espaço de luta das classes populares. Os conteúdos são utilizados como instrumento de análise crítica para que sejam reelaborados de forma ativa e significativa pelo aluno.

Na concepção de Saviani (2005), as ideias da Pedagogia Nova tiveram um profundo impacto na educação brasileira na década de 1960, a ponto de pela primeira vez conseguir abalar os alicerces da pedagogia tradicional religiosa que era hegemônica até então. Mesmo não conseguindo ser implementada em termos de política pública de educação, é possível observar em documentos oficiais suas ideias e princípios, como é o caso da LDB nº 9.394/96 e da BNCC.

Neste ponto, queremos explicitar nosso posicionamento em relação as tendências pedagógicas. Nossa posição é a favor da tendência progressista, mais especificamente, pela crítico-social dos conteúdos, por considerar que ela possibilita o juízo crítico de educadores e educandos sobre o currículo que está sendo executado. Ela propõe a análise e a relação da escola com o contexto social no qual ela está inserida como enfatiza Lukesi. Essa tendência busca também que o aluno seja capaz de refletir a partir dos conteúdos concretos sobre sua realidade, para a partir disso, atuar nela de forma consciente.

2. Análise dos fundamentos pedagógicos da BNCC do ensino fundamental

A previsão de uma base comum curricular para a educação básica já aparece nos seguintes documentos: na LDB nº 9.394/96 em seu Artigo 26, no Plano Nacional de Educação-PNE (2014), como uma das estratégias para atingir a Meta 07, cujo objetivo é a qualidade do fluxo e da aprendizagem escolar. Também está prevista nas novas DCN da educação básica aprovada no ano de 2013, em seu artigo 10, que destaca a obrigatoriedade de uma base comum curricular para o Ensino Fundamental.

"A BNCC foi pensada e elaborada com a finalidade de nortear a construção dos currículos escolares dos estados brasileiros garantindo que todos tenham conteúdos comuns em todas as etapas da educação básica", explicação dada pelo ministro da educação Mendonça Filho^[1] (Informação Verbal), no dia da homologação do documento. Além dos conteúdos comuns, os currículos devem contemplar ainda, conteúdos regionais e locais, apresentando deste modo certa flexibilidade para que cada sistema de ensino organize seu currículo conforme suas especificidades.

A secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro^[2] (informação verbal), também se pronunciou no dia da homologação da BNCC e em seu discurso proferiu: "A BNCC é um documento normativo, contemporâneo, que aposta nas tecnologias educacionais e no mundo digital que visa promover a qualidade de aprendizagem para todas as crianças e jovens e reduzir as desigualdades educacionais".

Tanto a fala do ministro da educação, quanto a fala da secretária executiva do MEC, estão alinhadas com o que está proposto no texto introdutório da BNCC (BRASIL, 2017) em relação a definição e finalidade desse documento:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 5).

Nota-se que esse texto introdutório é bastante técnico e sucinto, o que acaba por caracterizá-lo mais como uma espécie de manual do que como um referencial para a elaboração de currículos das redes de ensino. A partir disso, pode-se levantar os seguintes questionamentos em relação à finalidade desse documento: se ele se propõe a ser apenas um documento que vai nortear a elaboração dos currículos nos estados brasileiros, porque apresenta toda a sua estrutura pronta, restando pouco espaço para mudanças e acréscimos? Será que a BNCC não corre o risco de acabar se tornando um documento prescritivo de competências e habilidades como aconteceu no passado com os PCNs?

É de fundamental importância que toda a comunidade escolar, principalmente os professores, reflitam sobre os princípios e fundamentos implícitos nesse documento, pois não se observa espaço para reflexões e modificações no documento da BNCC, apesar de se divulgar na mídia que foi amplamente divulgado e que contou com a participação de professores de todo o Brasil em sua elaboração.

A BNCC apresenta dez competências gerais que os educandos deverão desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, além destas, define também as competências específicas para cada componente curricular (antigas disciplinas). As competências específicas de cada componente curricular deverão ser desenvolvidas em cada ano ou ciclo do Ensino Fundamental e Médio. As competências definidas na BNCC estão interligadas com os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os alunos deverão aprender e desenvolver para se tornarem competentes. Sobre a opção pelo desenvolvimento de competências o texto da BNCC afirma o seguinte:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 11).

A proposta de um currículo com o enfoque no desenvolvimento de competências não é algo novo. Quando refere-se ao “saber fazer” tendo como finalidade resolver problemas do cotidiano, podemos identificar essa orientação nos princípios da Pedagogia Nova, a qual teve como principal referência o norte americano John Dewey, no início do século XX. Essa pedagogia foi elaborada como oposição a pedagogia tradicional, a qual, na Europa, tem seus fundamentos na proposta de John Herbart, e no Brasil, na pedagogia religiosa jesuítica, a qual tem como centro a formação humanística e professor como sujeito ativo no processo educativo (SAVIANI, 2005)

A tendência pedagógica renovada não é nova no âmbito educacional brasileiro, foi amplamente defendida na década de 1930 com o movimento dos Pioneiros da Educação Nova, os quais elaboraram um documento denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Este documento neste momento trazia como norte e defesa os princípios fundamentais para uma nova organização do sistema de ensino educacional brasileiro, refutando o ensino religioso até então predominante, mas para o processo de modernização no qual o país adentrava já não era mais adequada por não dar conta de formar mentalidades para a inserção nas novas relações de trabalho capitalistas e também para a participação na República. Com relação as manifestações em favor da educação ocorridas nesse período, escreveu Ribeiro (2007, p. 84):

Foram programados e realizados vários congressos e conferências, em que eram debatidos os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação nacional. E, nesses debates, duas orientações conflitavam-se. Uma já era tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada a doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto, diferenciada para os sexos masculino e feminino, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto a educação, etc. Outra era representada pelos educadores influenciados pelas “ideias novas” e que defendiam a laicidade, a coeducação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação etc.

As ideias e os princípios da Pedagogia Nova foram tão influentes na educação brasileira que ainda hoje, é possível identifica-los em documentos oficiais como é o caso da BNCC. Ao focarmos as dez competências propostas no referido documento, observamos que elas são propostas para que os alunos sejam ativos e autônomos no processo educativo, pois dessa forma, serão ativos e autônomos na sociedade que hoje, mais do que antes, requer trabalhadores com iniciativa e aptos a se adaptar a um mundo em que não há emprego para todos. Esse é um importante critério tomado por Libâneo (1994), para categorizar a Pedagogia Nova como liberal, pois centra-se no polo oposto da pedagogia tradicional, ou seja, no aluno, como ativo no processo educativo, exigência está feita pela sociedade de classe. Contudo, isso não significa que essa autonomia intelectual sirva para que ele faça a reflexão crítica e intervenha de forma consciente em seu contexto social. Ao contrário disso, ela propõe mudanças apenas dentro da escola, por exemplo, na relação professor-aluno, que deve ser democrática, e os conteúdos relacionados a solução de problemas do cotidiano.

A pedagogia liberal não se propõe fazer a reflexão crítica dos conteúdos de ensino e nem sobre as desigualdades da sociedade capitalista na qual a escola está inserida, mas de forma geral, busca colocar a educação a serviço do sistema produtivo, fornecendo-lhe mão de obra com formação especializada.

Considera-se aqui como principais elementos do processo educativo: aluno, professor e os conteúdos de ensino. Para que o processo de ensino e a aprendizagem ocorra esses elementos são indispensáveis, ainda que em alguns momentos, um deles esteja mais ou menos em destaque. Por esse motivo buscou-se distinguir como eles aparecem no texto da BNCC e a relevância que é dada a cada um deles neste documento que pretende guiar a construção dos currículos das redes de ensino do Brasil.

Antes, é necessário relembrar que dependendo da tendência pedagógica adotada pelo sistema de ensino, esses elementos recebem um tipo de tratamento, como explica Saviani (2005). Ele classifica as concepções de educação em dois grupos: as que priorizam o ensino e as que priorizam a aprendizagem.

Dentro do grupo que prioriza o ensino está a pedagogia tradicional, ela enfatiza as teorias de ensino, por consequência, o professor recebe papel de destaque, pois acredita que quanto mais preparado ele for, mais o aluno irá aprender. A pedagogia nova é classificada como pertencente ao grupo das tendências que prioriza a aprendizagem, portanto, o aluno é o centro do processo educativo.

Ao buscarmos identificar no texto da BNCC referência sobre os principais componentes do processo educativo encontramos priorizada a aprendizagem e nenhuma menção ao papel do professor. Com relação aos conteúdos de ensino eles aparecem como meros coadjuvantes conforme está destacado no próprio texto da BNCC:

Nesse artigo, a LDB deixa claro dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC (BRASIL, 2017, p. 9).

Como já deixamos evidenciado antes, que a base curricular de forma implícita apresenta características da pedagogia nova, o trecho acima citado só vem a corroborar mais uma vez com o que se tem mostrado até aqui, ao deixar claro que privilegia a aprendizagem de competências e habilidades, ao invés de conteúdos.

Considerações finais

Ainda que o texto da BNCC não faça referência a nenhuma pedagogia de forma explícita, no entanto, ao se fazer a leitura dele, não é difícil detectarmos os pressupostos da pedagogia nova de forma implícita presente nele. Consegue-se identificar que o foco da BNCC está na aprendizagem, portanto, no aluno, ele é o centro do processo educativo, por isso, uma ênfase especial é dada ao “saber fazer” do aluno. O aluno deve ser ativo e autônomo no processo educativo, pois isso pressupõe que ele será também em seu contexto social.

Não foi encontrado no texto da BNCC referência ao papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Com relação ao conteúdo de ensino a BNCC deixa claro que ele deve servir para o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos.

Encontramos ainda no texto da BNCC características da pedagogia tecnicista que prioriza a instrução normativa, além de técnicas e recursos tecnológicos como formas de garantir a aprendizagem do aluno. Este documento caracteriza-se por ser bastante técnico, com muitos detalhes e prescrições de como cada rede de ensino ou escola deve proceder ao elaborar seu currículo, deixando quase nenhuma abertura para se proceder de forma diversa.

É importante destacar que, na origem do que passou a ser denominado de Pedagogia Tecnicista e Pedagogia Nova, essas duas abordagens pedagógicas até os anos de 1980 se apresentam como opostas, pois a primeira foca na formação para a cidadania, para a democracia e o trabalho manual é utilizado como recurso para a aprendizagem dos alunos dos conteúdos escolares, priorizando seus interesses. Já a Pedagogia Tecnicista, foca a organização e a produtividade da escola, sendo os meios e os recursos educacionais, o centro do processo para que os objetivos pré-estabelecidos sejam atingidos o que será verificado por meio de provas e da mensuração dos resultados. Contudo, no contexto de reformas educacionais brasileiras, a partir dos anos de 1990 que consideramos ainda em curso com a BNCC, essas duas tendências estarão presentes na orientação da organização do processo de ensino nas escolas.

Dessa forma, entre a finalidade do que está posto na BNCC e o que de fato ela possibilita na prática escolar, encontra-se um hiato. De acordo com o MEC, sua finalidade é servir como parâmetro, deixando espaço para que cada rede de ensino ou escola possa construir seu currículo, no entanto, a forma como está estruturado e redigido aproxima-se mais de um manual, de prescrições a serem seguidas pelo conjunto de profissionais da escola, sem que haja abertura para discussões e reflexões sobre o currículo que deverá ser elaborado.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acesso em: 14 mai 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

BRASIL. **Lei n° 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Diário Oficial da União. Brasília, n° 248, 1996.

BRASIL. **Lei n° 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 14 mai. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**/José Carlos Libâneo. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)

LUKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**/Cipriano Carlos Lukesi. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor)

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/dcms-diretrizes-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 14 de mai. 2018.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**/Maria Luisa Santos Ribeiro – 20 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação)

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.htm> Acesso: 14 maio 2018.

[1] Entrevista registrada no Portal do MEC no dia da Homologação da BNCC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/58701-presidente-e-ministro-homologam-base-nacional-comum-curricular>> Acesso em: 14 mai 2018.

[2] _____. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/58701-presidente-e-ministro-homologam-base-comum-nacional-curricular>> Acesso em: 14 mai 2018.